



# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



**IMPUGNANTE:** MANTOMAC MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS

**IMPUGNADO:** MUNICÍPIO DE TIO HUGO

**PROCESSO Nº:** 2018.003/00040

**NATUREZA:** PREGÃO PRESENCIAL N. 0019/2018

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS

## **DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.**

O Impugnado, através do competente Setor de Licitações e Compras, proveu a abertura do Edital pela Modalidade de Pregão Presencial nº 019/2018, objetivando a aquisição de Uma Escavadeira Hidráulica sobre esteira, nova, ano/modelo 2018, motor diesel turbinado alimentado 4 cilindros, e demais especificações descritas no Anexo I do Edital.

Foi dada publicidade ao respectivo ato, nos termos da lei, publicando-o no DOU, no DOE, no Jornal do Comércio, no Jornal o Mensageiro e no site do Impugnado, bem como no Quadro Oficial de Publicações, definidos na Lei Municipal nº 024/2001, atendendo assim, de plano, a disposições da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

O Edital em seu item 1 – **DO OBJETO**, estabeleceu as características do bem a ser adquirido, constante entre elas “sistema hidráulico com 2 bombas hidráulicas com vazão mínima de 2 x 140 litros/min”.

O Impugnante apresentou Impugnação ao Edital, alegando em suma que a inclusão destas características do objeto a ser adquirido no Edital, deixou o processo licitatório sem ampla competitividade, afirmando que o mesmo não está em conformidade com o estabelecido na Lei Federal n. 8.666/1993.



Ao final, requer que seja julgada procedente a impugnação para fins de que seja revisto o Edital n. 019/2018, alterando-se as características do objeto licitado, para constar a produção de no mínimo 280 litros por minuto, independente do número de bombas (01 ou 02) necessárias à produção.

**É o Relatório.**

**DECISÃO.**

Cuida-se de impugnação ao Edital, onde o Impugnante especificamente impugna o item 1 do Edital licitatório, em especial característica do bem licitado.

Não há nenhuma irregularidade nas exigências das características do objeto a ser adquirido. Todas as exigências estão de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, sendo certo que a única preocupação da Administração Pública é adquirir o bem mais adequado a sua necessidade, com as características mais adequadas aos serviços desempenhados pelo Impugnado.

O Município de Tio Hugo ao elaborar plano de trabalho para aquisição de referida máquina licitada, fez diversos levantamentos e estudos quanto ao objeto e suas características, optando por um modelo que mais atendesse as necessidades do Município, considerando as especificações do equipamento, analisando a forma de transporte do mesmo, sendo que as características solicitadas do objeto licitado estão presentes em maquinários de diversas marcas, não se restringindo assim a competitividade do processo.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório,





# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos (Lei nº 8.666/93, no seu artigo 3º, caput).

Desta forma, ao fazer a exigência de referidas características do objeto no Edital, age o ente público, sob o pálio da discricionariedade ao fazer valer as normas do edital, dentro do limite do legal e do legítimo, as quais não têm o condão de frustrar o caráter competitivo da licitação.

Igualmente não encontra eco a assertiva de que há restrição a licitantes quando se solicita a tais características, ao contrário, este item do Edital está sendo solicitado de todos os interessados em participar do certame, sendo que por levantamento prévio realizado diversas marcas produzem o objeto licitado com referidas características.

Não por outro motivo, a lição do renomado doutrinador Diógenes Gasparini: “atente-se que só as exigências inconvenientes ou irrelevantes estão vedadas” (GASPARINI, Direito administrativo, 2006, pág-482).

O Edital atende a legalidade. Estampa-se, sobretudo, a estreita simetria com os princípios gerais da administração pública, contidos no art. 37 da Constituição Federal, e especificamente, os princípios norteadores da licitação e da administração pública em geral.

Importa ainda referir, que cabe ao administrador a tomada de ações que lhe são discricionárias, sempre, e tudo, objetivando o interesse público, jamais o individual.

Emerson Garcia em sua obra “Discricionariedade administrativa, 2005, p.50”, ensina:

A opção discricionária do administrador deve ser construída a partir da interpretação jurídica não só da norma legal que outorga a sua competência



# Tio Hugo - RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura  
Municipal



mas também de todo o conjunto de princípios e normas que constituem o ordenamento jurídico em que ela se insere.

Destarte, não se vislumbra qualquer ilegalidade, nem impertinência ou prescindibilidade.

Assim, o Edital vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório.

Como bem afirma MARÇAL JUSTEN FILHO, “a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.”

Desta feita, entendemos que estas exigências atendem fielmente as disposições contidas na Lei 8.666/93, não se verificando, portanto, sob nosso ponto de vista, nenhuma ilegalidade ou incoerência neste procedimento, conforme alega o Impugnante.

**ANTE AO EXPOSTO**, desacolho a impugnação ventilada, pelos fundamentos fáticos jurídicos supra mencionados.

Intime-se. Publique-se. Registre-se.

Tio Hugo – RS, 29 de novembro de 2018.

  
**GILSO PAZ**  
Prefeito Municipal